

LEI N. 6.515, DE 1977: SEUS REFLEXOS
NO DIREITO SUCESSÓRIO

JOÃO FRANCISCO MOREIRA VIEGAS

Promotor de Justiça — SP

No momento em que a chamada Lei do Divórcio completa 11 anos de vigência, é importante que se faça uma reflexão sobre as modificações por ela operada no campo do direito sucessório dos filhos não legítimos. É de se lembrar ao leitor leigo que, antes de seu advento a lei civil estigmatizava os filhos que não fossem legítimos. Não esquecemos que, inúmeros progressos legislativos já tinham, antes dela, ocorrido, mas o legislador brasileiro ainda se mostrava cauteloso no plano patrimonial. A Lei n. 6.515 chegou, e proclamou: "Qualquer que seja a natureza da filiação, o direito à herança será reconhecido em igualdade de condições".

Diante da nova regra, poderemos dizer que se acabaram as discriminações pessoais dos filhos (discriminações sucessórias, é claro)?

Rememorando apenas, deixemos firmado que pela legislação imediatamente anterior à Lei n. 6.515, a situação sucessória era a seguinte:

- a) filho natural: concorrendo com legítimo, herdava a metade do quinhão deste se reconhecido na constância do casamento; se reconhecido antes do casamento ou depois da dissolução, não lhe pesava a restrição (Código Civil, artigo 1.605, § 1.º);
- b) filho incestuoso: nunca herdava;
- c) filho adulterino: reconhecido, tinha direito à metade do quinhão do legítimo, se concorresse com outros filhos sucessíveis; sem concorrentes, repartia com o cônjuge supérstite a deixa hereditária (Lei n. 883);
- d) filho adotivo: quando adotivo simples, viesse a concorrer com legítimos supervenientes à adoção, herdava meia cota de legítimo (Código Civil, artigo 1.605, § 2.º); havendo filhos sucessíveis preexistentes à adoção, era excluído da sucessão (Código Civil, artigo 377). Em sendo filho adotado por legitimação adotiva (a qual só era possível se não preexistissem filhos sucessíveis) seria excluído da sucessão se viesse a concorrer com legítimo superveniente (Lei n. 4.655, de 1965, artigo 9.º).

Como visto, as diferenças de posição sucessória eram gritantes. Mas trata-se de legislação passada, e não interessa aprofundar sua análise aqui.

A levar-se em conta o que proclamou a Lei do Divórcio no artigo 51, poderíamos afirmar, à primeira vista, que ter-se-ia desvanecido qualquer discriminação ao tipo de filiação. Essa contudo, não é a realidade que se apresenta a olhos mais atentos e acostumados às peculiaridades do Direito.

Vejamos:

Realmente, a filiação natural foi claramente favorecida, e igualada a legítima. E o foi de modo explícito, porquanto a Lei n. 6.515 revogou o § 1.º do artigo 1.605 do Código Civil, que era aquele onde se prescrevia que só a metade do que ao filho legítimo coubesse na herança, tinha direito o natural reconhecido na constância do casamento.

Já a posição da filiação adulterina, merece ser melhor analisada.

É certo que o adulterino, pela Lei n. 883, já se beneficiava da sucessão, desde que reconhecido. Tal reconhecimento, contudo, só se fazia possível depois da dissolução da sociedade conjugal, quer pela ocorrência do desquite ou da morte de um dos cônjuges (Lei n. 883, artigo 1.º).

A Lei n. 6.515 favoreceu a filiação adulterina de várias maneiras:

a) ampliou a possibilidade de reconhecimento, pois além da hipótese já existente: autorizou o reconhecimento do adulterino por testamento cerrado, ainda na vigência do casamento, assegurando irrevogabilidade do testamento na parte relativa ao reconhecimento (artigo 51, atual § único do artigo 1.º da Lei n. 883); deu efeito de reconhecimento definitivo à sentença de alimentos regulada pelo artigo 4.º da Lei n. 883;

b) o segundo benefício ao adulterino é a de lhe ter atribuído vocação hereditária que antes não tinha;

c) a terceira vantagem é a igualdade de quinhão do adulterino com o legítimo, revogando o artigo 2.º da Lei n. 883 que lhe atribuía meia cota;

d) finalmente, revogou tacitamente o artigo 3.º da Lei n. 883 que, atribuía ao cônjuge sobrevivente metade da herança, se concorresse com adulterino reconhecido. Assim é de se entender, porque, outra conclusão seria incompatível com o princípio que iguala a condição sucessória de todos os filhos. Se o adulterino sofresse restrição do concurso do cônjuge, não herdaria em igualdade, na mesma condição que os filhos das outras categorias.

No que toca aos incestuosos: Pode argumentar-se que o filho incestuoso não adquire vocação hereditária em hipótese alguma,

pois não poderia ser reconhecido, ante a vedação do artigo 358 do Código Civil.

Discordo dessa interpretação que, à primeira vista, pode parecer lógica.

Mesmo para aqueles que, ao contrário de nós (ver trabalho de nossa autoria publicado no jornal O Estado de S. Paulo, edição de 16-9-84, pág. 56), não entendem irrita a vedação contida no artigo 358 do Código Civil, é de se aceitar que uma coisa é reconhecimento de filiação, outra é existência de filiação. E o atual artigo 2.º da Lei n. 883, atribui sucessividade igual a qualquer filho, bastando para tanto a simples existência de filiação.

O reconhecimento é um processo que, estabelecendo a paternidade ou a maternidade, conduz o filho ao pátrio poder (Código Civil, artigo 379). Reconhecimento não redonda num simples estabelecimento de vínculos de parentesco, produz, também, os efeitos legais ordinários da filiação, levando o filho, sobretudo quando menor, à condição de assistência plena.

Mas é possível estabelecer-se puro vínculo de filiação, sem os efeitos plenos do reconhecimento. A hipótese é velha. O artigo 405 do Código Civil, fala da filiação espúrea que, provada por sentença irrecorrível, não provocada pelo filho, ou por confissão, ou declaração escrita do pai, faz certa a paternidade para pleitear alimentos. Filiação estabelecida, conquanto não reconhecida.

Aí está. Ao lado do reconhecimento de efeitos parentais plenos, há um estabelecimento de filiação de efeito restrito. E com toda a certeza é esta última hipótese jurídica e eficaz. Prova dessa juridicidade é que produz o direito de perceber alimentos do genitor (Código Civil, artigo 405 e Lei n. 883, artigo 5.º).

Releve-se que o termo **estabelecimento** é correntio no direito da filiação francesa (que nessa matéria é de todo semelhante com o nacional), e está no Código Civil: "établissement de la filiation" (artigos 311, 334, 342 etc.). Significa ali, não um mínimo de filiação, mas a determinação da filiação. É termo de alcance genérico.

Ora, se a lei iguala as condições sucessórias de todos os filhos "qualquer que seja a natureza da filiação" (bastando que exista a filiação), como fugir do entendimento de que a filiação incestuosa aí está incluída, desde que estabelecida?

Quanto à filiação adotiva, é de se estabelecer uma diferenciação entre a plena e a simples (incluída na última a também chamada adoção puramente civil).

Na adoção plena o filho não sofre restrição alguma na sua vocação hereditária e no seu direito sucessório, eis que o artigo 37 do Código de Menores (Lei n. 6.697, de 1979), dispôs que está

ele equiparado ao legítimo, com os mesmos direitos e deveres deste.

O mesmo não pode ser dito quanto ao filho adotado pela forma simples ou comum. É que contra ele ainda pesa a discriminação sucessória dos artigos 377 e 1.605, § 2.º, do Código Civil, não obstante o pensar em contrário do eminente Antonio Chaves ("Adoção, Adoção Simples e Adoção Plena", ns. 100 e 101, págs. 320 e 328).

A inovação trazida pela Lei do Divórcio no campo do Direito Sucessório, não pode ser interpretada fora do contexto normativo geral, no qual se encontra o texto novo inserido. A modificada Lei n. 883, de 1949, regula, especificadamente, o reconhecimento de filhos ilegítimos. O seu artigo 2.º, na redação anterior, dizia: "O filho reconhecido na forma desta lei, para efeitos econômicos, terá o direito à metade da herança que vier a receber o filho legítimo ou legitimado. Atualmente, com a nova redação dada pela Lei n. 6.515, de 1977, passou este artigo a afirmar que, legítimos ou ilegítimos, os filhos terão direito à herança, em igualdade de condições.

Desta forma, por ser o atual artigo 2.º da Lei 883, regra de caráter geral, não pode derrogar outras especiais e expressas já existentes (Lei de Introdução ao Código Civil, artigo 2.º, § 2.º). É a incompatibilidade de um preceito novo com outro já existente, como aponta o saudoso Vicente Ráo, que impedirá este de conviver com aquele, a par um do outro ("O Direito e a vida dos direitos", vol. I, pág. 392); e não é este o caso do artigo 2.º da Lei n. 883. Portanto — e, a nosso ver, isto é indiscutível — a Lei n. 883 não tratou e nem trata da hipótese do filho adotivo. Não foi revogado, pelo seu artigo 2.º (com a nova redação), o § 2.º do artigo 1.605 e tampouco o artigo 377, ambos do Código Civil. Continua sua situação sucessória a se apresentar da seguinte forma: a) não tendo o adotante filhos legítimos, legitimados ou naturais reconhecidos, ao adotado caberá o direito à totalidade da herança; b) se no momento da adoção, o adotante já possui filhos de alguma daquelas espécies, o adotado não tem qualquer direito hereditário (Código Civil, artigo 377); e c) se os filhos de alguma daquelas espécies nascerem ou forem reconhecidos após a adoção, o adotado terá direito somente à metade da cota hereditária a eles cabente (Código Civil, artigo 1.605, § 2.º).

Vê-se, então, que mesmo trazendo vigorosa evolução, não logrou a Lei n. 6.515 a trazer o total nivelamento de todos os tipos de filiação. A luta iniciada pelo grande Cimbali, ainda precisa continuar a ser travada por todos aqueles que acreditam nos princípios da igualdade entre os homens; e num momento histórico como o que passamos, é preciso que os olhos dos legisladores constituintes se abram para este fato, pois, não é criando párias que se constrói uma grande nação.